



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Av Anchieta, 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB

PARECER

Campinas, 27 de agosto de 2025.

Processo: HMMG.2025.00002159-99

Interessada: Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência Hospitalar (REDE MÁRIO GATTI)

Assunto: Apontamentos TCESP – Autonomia da autarquia

Sr. Secretário Municipal de Gestão e Controle (SMGC),

Versa o presente sobre análise e manifestação desta Pasta no sentido de **contribuir para a unificação de entendimentos e esclarecimentos a serem prestados ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP)**, acerca dos apontamentos lançados nas Contas de 2024 da entidade, abordados nas manifestações da **Diretoria Financeira (DOC 15655362)** e da **Diretoria Jurídica (DOC 15791710)**, ambas da Rede Mário Gatti.

A Diretoria Financeira sugeriu a oitiva desta Pasta, nos seguintes termos:

Por fim, respeitosamente ao exarado pela SMF, o status atual defendido é o mesmo que tem sido alvo dos questionamentos e apontamentos do TCESP, tais quais abaixo. Desta forma, sujeito a estar equivocado, sugiro eventual remessa a SMGC para avaliação quanto o ali disposto.

“Preliminarmente, destacamos que a Rede Mário Gatti é autarquia, criada por

Despacho 15655362 SEI HMMG.2025.00002159-99 / pg. 1

lei municipal, o que implica em formatação legal com a qual anuiu o Executivo.

Portanto, a Rede Mário Gatti deveria dispor de autonomia administrativa, financeira e de gestão.

No entanto, verificamos que até o momento não lhe foi conferido em sua plenitude os direitos acima elencados, como demonstraremos a seguir (...) TCESP

“Como visto, as leis orçamentárias não são claras a respeito das transferências, do que se depreende que a Rede Mário Gatti não possui autonomia orçamentária, ficando a critério da Prefeitura o valor a lhe ser repassado, já que não há fixação cristalina na LOA, em detrimento do princípio da transparência na gestão fiscal (art. 1º, § 1º, da LRF). A falha é agravada ainda mais por fatores que veremos adiante, em itens específicos deste relatório, que também limitam a autonomia da autarquia(...) TCESP

"Diante do exposto constatamos que a PMC não tem possibilitado à Rede Mário Gatti exercer sua autonomia administrativa, financeira e de gestão, conduta que se reveste de inadequação e ilegalidade." "Resta claro que não há mais que falarmos em período de transição de um modelo de gestão para outro, considerando que a legislação que criou a Rede Mário Gatti data de 2018, tendo, portanto, 6 anos (doc.:B.8.2-05)" "A autonomia administrativa e financeira, requisito implícito das autarquias, não as exime da prestação de contas de sua gestão, explicitando o atendimento das metas propostas e os adequados dispêndios financeiros." "Deve a Rede Mário Gatti e o Executivo Municipal adequarem suas ações para que efetivamente se cumpram os ditames legais referentes aos planejamentos orçamentários de cada órgão aos limites de atuação de cada ente público, de forma a resguardar o livre exercício das competências de cada um, garantindo a autonomia administrativa, financeira e de gestão da autarquia, o que acarretará melhor prestação dos serviços públicos na área da saúde. Foram infringidos o art. 37, caput, da Constituição Federal, o art. 1º, § 1º da LRF e o art. 83 da Lei Federal nº 4320/1964." TCESP.

A Diretoria Jurídica agrega outros trechos de interesse, extraídos do TC – 2171/989/24 do TCESP– Balanço Geral do exercício de 2024 da Rede Mário Gatti, com negritos apostos, a conferir:

Preliminarmente, cabe destacar que a Rede Mário Gatti é uma autarquia instituída por meio de lei municipal, o que lhe confere personalidade jurídica própria e, por consequência, **pressupõe autonomia administrativa, financeira e gerencial**, conforme aprovado pelo Executivo.

Entretanto, constata-se que, **na prática, tais prerrogativas não vêm sendo plenamente asseguradas à autarquia**, conforme será demonstrado no tópico a seguir: Tratamento dado à Rede Mário Gatti (autarquia municipal) como Terceiro Setor Verifica-se que, na prática, a Administração Municipal não tem reconhecido a Rede Mário Gatti como autarquia integrante da estrutura do Município de Campinas, ainda que, assim como a Prefeitura, componha o Poder Executivo local.

Em vez disso, a municipalidade tem adotado mecanismos atípicos para justificar as transferências intraorçamentárias à autarquia, utilizando-se de instrumentos inadequados, como o Convênio nº 05/22, para formalizar ações de cooperação entre dois órgãos pertencentes ao mesmo ente federativo e à mesma esfera de poder.

Ressalte-se que as próprias peças de planejamento - Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) - seriam os instrumentos apropriados e suficientes para definir programas, ações, metas e fontes de custeio de cada órgão do orçamento municipal, conforme já observado pela fiscalização no TC-006644.989.15, evento 16.

(...)

a regularidade e a transparência do procedimento (Docs.: B.8.2-18 e B.8.2-19). **Verifica-se que a municipalidade tem tratado a Rede Mário Gatti, como uma entidade do Terceiro Setor. Para tanto, firma convênios com a referida autarquia e impõe a ela a obrigação de prestar contas conforme os parâmetros estabelecidos nos artigos 189 e 200 da Instrução TCESP nº 01/20**, conforme evidenciado a seguir: Resolução 01/2020 TCESP Seção V - DOS CONVÊNIOS "Art. 185. Os órgãos da administração direta do Poder Executivo, as respectivas autarquias, fundações, consórcios intermunicipais, consórcios públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias deverão informar, via sistema AUDESP (módulo Seletividade de Ajustes Terceiro Setor), os dados relativos aos ajustes tratados nesta Seção. Parágrafo único. Os convênios tratados nesta Seção referem-se às hipóteses legais previstas no art. 3º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações. Art. 189. Para fins de

(...)

A dependência da entidade em relação ao ente mantenedor para liberação de recursos e execução de medidas essenciais torna morosa e, por vezes, ineficaz a gestão das inconformidades identificadas. Essa limitação tem interferido não apenas na execução orçamentária, mas pode impactar também na governança e na capacidade da autarquia em cumprir com suas atribuições institucionais de forma autônoma e resolutiva.

Importa destacar que, diante da insistente centralização do controle financeiro por parte da administração central, esta também deve ser corresponsabilizada pelos efeitos gerados pela ineficiência na adoção das medidas corretivas. Assim, submetemos proposta de recomendação para que, além da análise da conduta da administração autárquica, sejam apuradas, também, as omissões do ente mantenedor, sobretudo no tocante à ausência de suporte financeiro e estrutural para cumprimento de determinações e correções (q.n.)

Salientamos que esta **SMGC** não teve acesso à íntegra do referido Relatório de Contas para conhecimento do raio acusatório final, mas teve a oportunidade de se reunir com os gestores da Secretaria Municipal de Saúde e da Rede Mário Gatti de modo a ouvir e colaborar, na medida do possível, para a resolução das dúvidas existentes.

Avancemos, pois, ao exame das supostas irregularidades apontadas pelo TCESP:

1) DESCARACTERIZAÇÃO DA NATUREZA AUTÁRQUICA DA REDE MÁRIO GATTI, USO INADEQUADO DE CONVÊNIO INTRAORÇAMENTÁRIO E TRATAMENTO INADEQUADO COMO TERCEIRO SETOR

Afirma o TCESP que: 1) a Municipalidade trata a autarquia como se fosse entidade do **Terceiro Setor, exigindo convênios** (ex.: Convênio nº 05/22) para repasse de recursos, quando **tais transferências deveriam ocorrer diretamente via LOA, PPA e LDO**; 2) que a Administração Direta utilizou a **Lei Federal nº 8.666/93 para justificar o convênio e exigiu documentos típicos de entidades privadas** do Terceiro Setor; 3) que **houve exigência de prestação de contas** nos moldes da **Instrução TCESP nº 01/2020, Seção V – Dos Convênios**, que se aplica a ajustes com o Terceiro Setor e 4) que o **Convênio nº 05/22** foi firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Rede Mário Gatti, apesar de ambos integrarem a mesma esfera de governo, cuja formalização foi considerada **indevida e ilegal** pela Procuradoria Jurídica da própria autarquia, mesmo assim mantida pela Municipalidade.

A Rede Mário Gatti constitui-se em entidade autárquica, integrante da Administração Pública Municipal Indireta e, como tal, resta **contemplada na Lei Orçamentária Anual, Lei 16.504/2023, do exercício de 2024**, sob auditoria do TCESP, disponível em <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/141651>.

1.2. AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	
FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA – FUMEC	215.903.000,00
FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA – FIJO	5.715.968,00
REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR	510.802.061,00
SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS – SETEC	66.000.000,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS – CAMPREV	1.495.911.156,00
TOTAL DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	2.294.332.185,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	9.339.786.000,00

Do Anexo III – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Saúde – LOA 2024, consta o seguinte quadro:

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29/2000	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTO:	
IPTU – PRINCIPAL	1.156.273.231,00
IPTU – MULTAS E JUROS	5.775.428,00
IPTU – DÍVIDA ATIVA	120.273.540,00
IPTU – DÍVIDA ATIVA – MULTAS E JUROS	51.355.769,00
ITBI – PRINCIPAL	293.857.323,00
ITBI – MULTAS E JUROS	3.221.866,00
ITBI – DÍVIDA ATIVA	120.528,00
ITBI – DÍVIDA ATIVA – MULTAS E JUROS	162.889,00
ISR – RETIDO NA FONTE – TRABALHO – PRINCIPAL	424.816.121,00
ISR – RETIDO NA FONTE – OUTROS RENDIMENTOS – PRINCIPAL	61.239.000,00
ISSQN – PRINCIPAL	1.929.861.003,00
ISSQN – MULTAS E JUROS	9.162.367,00
ISSQN – DÍVIDA ATIVA	45.320.917,00
ISSQN – DÍVIDA ATIVA – MULTAS E JUROS	28.466.983,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	145.118.000,00
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	1.782.003.079,00
TOTAL	6.057.028.044,00
DESPESAS COM SAÚDE:	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	1.584.706.644,00
HOSPITAL MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI	505.825.130,00
SUBTOTAL	2.090.531.774,00
(-) APLICAÇÕES VINCULADAS A CONVÊNIOS E FUNDO	413.781.475,00
TOTAL APLICADO	1.676.750.299,00
PERCENTUAL APLICADO	27,68%
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA – 17%	1.029.694.767,48
APLICAÇÃO A MAIOR	647.055.531,52
	10,68%

A EC 29/2000 teve como objetivo principal estabelecer a vinculação de recursos orçamentários para o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), fixando a obrigatoriedade de destinar os Estados pelo menos 12% e Municípios, 15% das receitas de impostos e

transferências para a saúde.

D o **Suplemento da LOA 2024** publicado em <https://portal-api.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes-dom/suplementos/suplementoloaweb.pdf>, cabe destacar:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS Ano Orçamento: 2024	
Unidade Gestora	583000 REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR
Atribuições	<p>* prestar assistência médico-ambulatorial e hospitalar, principalmente nas áreas de urgência e emergência, promovendo, prevenindo, recuperando e reabilitando a saúde da comunidade de forma universalizada e igualitária;</p> <p>*comprometer-se com o bem-estar das pessoas (pacientes, servidores, acompanhantes, médicos e prestadores de serviços), valorizando o atendimento integral, individualizado e humanizado;</p> <p>*estimular, promover e servir como campo de ensino, treinamento, pesquisa e extensão para a formação de profissionais das áreas da saúde e afins;</p> <p>*executar gestão em saúde e qualificar o processo de gestão, em função das necessidades e da inserção na rede de saúde do Sistema Único de Saúde. (Lei 191 de 09 de março de 2018).</p> <p>*permitir e incentivar o trabalho voluntário junto às áreas assistenciais e de ensino, colaborando com o desenvolvimento da comunidade e a preservação do meio ambiente;</p> <p>*servir como unidade de referência e de excelência dentro da assistência no Sistema Único de Saúde, buscando constantemente a modernização e renovação de seus materiais, equipamentos e estrutura funcional;</p> <p>*valorizar e promover a qualidade de vida do servidor, contribuindo para o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional, social e econômico;</p>
Legislação	<p>*Lei Complementar nº 191 de 09 de março de 2018.</p>

Diferentemente do alegado pelo TCESP, a **LOA é clara a respeito das transferências à Rede Mário Gatti, como se pode depreender nas 12 folhas, que especificam o Programa de Trabalho, a Natureza da despesa, a fonte de recurso e o código de aplicação para a Unidade Gestora 583000- Rede Mário Gatti.** Tudo isso consta do **Suplemento à LOA 2024 (exercício examinado pelo TCESP)**, nas pp. 553/563 do link citado acima, do qual convém transcrever exemplificadamente apenas a última (p. 563):

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS 0230 - Despesa do Órgão Segundo a Natureza - Gestora Versão: Projeto Ano Orçamento: 2024 Gestão Administração Indireta UG: 583000 - REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR					
Código	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo	Categorias Econômicas
300000	DESPESA CORRENTE				490.460.872,00
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			16.002.000,00	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS		16.002.000,00		
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	200.000,00			
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.501.000,00			
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.151.000,00			
319094	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	150.000,00			
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			474.458.872,00	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		474.458.872,00		
339027	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	431.300,00			
339030	MATERIAL DE CONSUMO	46.105.291,00			
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	30.000,00			
339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.458.000,00			
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	411.591.696,00			
339040	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	7.912.585,00			
339047	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	160.000,00			
339048	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	6.050.000,00			
339091	SENTENÇAS JUDICIAIS	300.000,00			
339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	350.000,00			
339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	70.000,00			
400000	DESPESA DE CAPITAL				20.341.189,00
440000	INVESTIMENTOS			20.341.189,00	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		20.341.189,00		
449051	OBRA E INSTALAÇÕES	11.097.770,00			
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.243.419,00			
Total Unidade Gestora:					510.802.061,00

O Convênio celebrado entre Município e Rede Mário Gatti abarca apenas o repasse das verbas SUS Federal e Estadual, conforme se pode constatar de sua Cláusula Quarta – Dos recursos, acessível pelo link <https://portal-api.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/contratos/t%20conv%20005%2022.pdf>:

4.2.1. Os recursos de fonte federal são oriundos das transferências do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde ao Município/Fundo Municipal de Saúde e os recursos de fonte estadual são oriundos das transferências do Fundo Estadual de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde.					
4.2.2. Os recursos financeiros de fonte municipal codificados no orçamento municipal vigente e destinados à Autarquia Rede Municipal Dr. Mario Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar, não integram o presente ajuste, e serão repassados através do Fundo Municipal de Saúde, mediante autorização do Secretário Municipal de Saúde, condicionado à demonstração de cumprimento dos indicadores previstos no Plano Municipal de Saúde.					

Sucedo daí que a Rede Mário Gatti não possui receita própria, sendo integralmente dependente de verba SUS, seja de recursos do SUS municipal previstos em Lei Orçamentária, cujo repasse não requer a formalização de ajuste prévio, seja de recursos SUS Federal e Estadual, estes precedidos de ajuste (Convênio nº 05/2022) .

Pode-se afirmar seguramente que, no ano de 2024, os recursos orçados para repasse, via leis orçamentárias sem prévio ajuste, à Rede Mário Gatti correspondem a aproximadamente 80% (R\$ 399.800.000,00), contra 20% dos recursos repassados via

Convênio (R\$ 111.002.061,00), instrumento questionado por representar a subtração da autonomia da autarquia, a conferir:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS				
0120 - Despesa da Prefeitura por Órgãos, conforme o Vínculo com os Recursos				
Versão: Projeto Ano Orçamento: 2024				
Gestão: Consolidado Administração Direta e Indireta				
Código	Órgão	Próprias	Vinculadas	Total
563300	FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CÂMARA - CAMPREV	0,00	1.719.800,00	1.719.800,00
573300	FUNDO DE PECÚLIO ESPECIAL - CAMPREV	0,00	1.850.000,00	1.850.000,00
583000	REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR	399.800.000,00	111.002.061,00	510.802.061,00
604000	FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA	70.000.000,00	145.903.000,00	215.903.000,00
614000	FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA	5.594.968,00	121.000,00	5.715.968,00
TOTAL GERAL:		6.234.216.898,00	3.105.569.102,00	9.339.786.000,00

Noutro giro, o aparente **tratamento como entidade de Terceiro Setor** justifica-se pela ausência de regramento para tais repasses na Instrução Normativa nº 01/2024 do TCESP. Isso porque os repasses a órgãos públicos são disciplinados apenas para a Área Estadual e não para a Área Municipal. Vejamos o índice:

LIVRO VI – DOS REPASSES PÚBLICOS	87
TÍTULO I – DAS DEFINIÇÕES.....	87
TÍTULO II – ÁREA ESTADUAL.....	88
CAPÍTULO I – DOS REPASSES AO PRIMEIRO SETOR	88
Seção I – DOS REPASSES A ÓRGÃOS PÚBLICOS.....	88
Seção II – DOS REPASSES PRECEDIDOS DE AJUSTE.....	89
Seção III – DOS REPASSES NÃO PRECEDIDOS DE AJUSTE	94
CAPÍTULO II – DOS REPASSES AO TERCEIRO SETOR	96
Seção I – REPASSES A ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS	96
Seção II – DOS CONTRATOS DE GESTÃO	97
Seção III – DOS TERMOS DE PARCERIA	107
Seção IV – DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO E DE FOMENTO	114
Seção V – DOS CONVÊNIOS	123
TÍTULO III – ÁREA MUNICIPAL	130
CAPÍTULO I – DOS REPASSES AO TERCEIRO SETOR	130
Seção I – REPASSES A ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS	130
Seção II – DOS CONTRATOS DE GESTÃO	130
Seção III – DOS TERMOS DE PARCERIA	140
Seção IV – DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO E DE FOMENTO	148
Seção V – DOS CONVÊNIOS	157
Seção VI – DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS MUNICÍPIOS ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL POR MEIO DE AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	164
TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS	168

Diante da **lacuna na IN nº 01/2024 do TCESP**, a Secretaria Municipal de Saúde utiliza por simetria a Seção V- Dos convênios celebrados com o Terceiro Setor.

Cediço que a **Rede Mário Gatti, autarquia municipal, integra o Primeiro Setor**, conforme definição do **Manual de Repasses Públicos ao Terceiro Setor**, da lavra do TCESP,

disponível

em

<https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Manual%20do%20Terceiro%20Setor%20-%202022.pdf> (p. 9):

A designação "Terceiro Setor" identifica área pertinente e implicada com a solução das questões sociais. É representado por cidadãos integrados em organizações sem fins lucrativos, não governamentais, e com objetivo final de gerar serviços de caráter público. Denomina-se desta forma para se diferenciar do Primeiro Setor, o Governo, e o Segundo Setor, empresas da iniciativa privada, com fins lucrativos.

Como tal, haveria de contar com disciplina semelhante à desenhada para a Área Estadual, cujas Seções II e III tratam de repasses precedidos ou não de ajustes .

Os repasses ao primeiro setor precedidos de ajustes são celebrados por meio de "Convênios ou instrumentos jurídicos assemelhados", nos termos do art. 124, inciso I, da referida IN 01/2024.

O Anexo pertinente a esses repasses demonstra expressamente que os valores transferidos decorrem de convênio, quando precedidos de ajuste, consoante o link [ANEXO RP-01 - REPASSES A ÓRGÃOS PÚBLICOS - RELAÇÃO DOS VALORES TRANSFERIDOS DECORRENTES DE CONVÊNIO OU CARACTERIZADOS COMO AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES.docx](#):

**ANEXO RP-01 REPASSES A ÓRGÃOS PÚBLICOS
RELAÇÃO DOS VALORES TRANSFERIDOS DECORRENTES DE
CONVÊNIO OU CARACTERIZADOS COMO AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES OU
CONTRIBUIÇÕES**

Com efeito, com o advento da Lei 13.019/2014, os convênios entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil passaram a outras expressões de índole colaborativa (Termo de Colaboração, Termo de Fomento, Acordo de Cooperação), ficando a tradicional nomenclatura "Convênios" do art. 116 da Lei 8.666, e agora art. 184 da Lei Federal 14.133/2021 (NLLC), restrita a instrumento celebrado entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas; e com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos participantes do Sistema único de Saúde de forma complementar.

Essa a orientação inclusive do Manual de Repasses Públicos ao Terceiro Setor, da lavra do TCESP, disponível em <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Manual%20do%20Terceiro%20Setor%20-%202022.pdf>:

6.2 Convênios

Caracterizaram-se como uma das formas mais tradicionais de participação da Sociedade Civil na execução de atividades públicas até a edição das Leis Federais que instituíram os Contratos de Gestão⁵¹, os Termos de Parceria⁵² e os Termos de Colaboração e de Fomento⁵³.

A partir da vigência da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações⁵⁴, os convênios na forma do artigo 116 da LF nº 8.666/1993 e alterações poderão ser celebrados somente entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas. Para as entidades do terceiro setor, os convênios estarão restritos à participação de forma complementar no Sistema Único de Saúde conforme previsto no § 1º do artigo 199 da CF. Os convênios firmados entre os entes governamentais e as entidades privadas antes da vigência da referida Lei serão regidos pela legislação vigente à época de sua celebração, sem prejuízo da aplicação subsidiária da nova Lei, naquilo em que for cabível, desde que em benefício do alcance do objeto da parceria.

O art. 184 da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) prescreve:

Art. 184. **Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber e na ausência de norma específica, aos convênios**, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública, **na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo federal**.

Por meio do **Decreto Federal nº 11.531/2023**, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão, **o Governo Federal conceituou** em seu art. 2º, entre outros, os **institutos de Convênio, Acordo de Cooperação Técnica e Acordo de Adesão passíveis de serem celebrados inclusive com o Município**. A nomenclatura **Convênio envolve transferências de recursos**, enquanto os **acordos de cooperação técnica e de adesão ocorrem sem transferência de recursos**.

No **âmbito municipal**, destaca-se o **Decreto nº 23.146/2024**, que dispõe sobre convênios relativos às transferências de recursos financeiros do Fundo Municipal de Saúde e convênios para o desenvolvimento de ações de integração ensino-serviço e demais parcerias sem transferências de recursos, celebradas por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, e sobre a instrução dos processos respectivos. Em seu art. 2º há a definição de Convênio nos seguintes termos:

Art. 2º **Para os fins do disposto neste Decreto, considera-se:**

I - **convênio entre órgãos públicos**: instrumento que disciplina a transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal de Saúde, tendo como **partícipes, de um lado, o Município de Campinas, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e, de outro lado, órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta**, envolvendo a realização, de forma complementar ao SUS, de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco em regime de mútua cooperação;

Bem por isso, a formalização, **considerada indevida e ilegal pela Procuradoria Jurídica da autarquia, tem sido corretamente mantida pela Municipalidade sempre com lastro em parecer jurídico da Procuradoria do Núcleo especializado de Contratos e Ajustes Públicos (NCAP) da Procuradoria Geral do Município (PGM)**, à qual a Procuradoria da Rede e esta Procuradoria destacada na SMGC igualmente encontram-se tecnicamente vinculadas.

Por fim, estabelecendo um **paralelo entre a documentação exigida, na IN 01/2024 do TCESP, para os convênios com o Primeiro e Terceiro Setores** , temos a seguinte conclusão alcançada com o auxílio da Inteligência Artificial:

Comparação entre a Seção II – Dos Repasses Precedidos de Ajuste e a Seção V – Dos Convênios - Instrução Normativa nº 01/2024 – TCESP

1. Âmbito de Aplicação

Aspecto	Seção II (Art. 124 a 129)	Seção V (Art. 188 a 195)
Ente envolvido	Estado (órgãos estaduais: art. 123)	Municípios (área municipal: art. 188)
Instrumento	Convênios e instrumentos jurídicos assemelhados com órgãos públicos	Convênios com entidades privadas sem fins lucrativos (Lei 13.019/2014)
Base legal	LC nº 101/2000 (LRF) e LC nº 709/1993	Lei 13.019/2014, LC nº 101/2000 e LC nº 709/1993

2. Documentação Inicial Obrigatória

Similaridades: Ambas as seções exigem:

- Folha de rosto
- Ofício de encaminhamento
- Justificativa do ajuste
- Plano de trabalho aprovado
- Nota(s) de empenho
- Publicação do extrato
- Termo de Ciência e de Notificação
- Declarações de Atualização Cadastral
- Protocolo de notificação ao Legislativo (Assembleia ou Câmara)

Diferenças:

Aspecto	Seção II	Seção V
Valor mínimo para envio	R\$ 20 milhões	Não há valor mínimo — seleção via sistema eletrônico

Exigência de documentação da entidade conveniada	Não aplicável (são entes públicos)	Sim, extensa: estatuto, ata de eleição, declarações de impedimentos, certidões de regularidade, etc.
CNPJ da conveniada	Não aplicável	Obrigatório
Justificativa técnica/orçamentária	Enxuta	Mais detalhada (metodologia de metas, custo, capacidade técnica da OSC)

3. Termos Aditivos, Rescisões e Distratos

Ambas exigem envio de: justificativas, memória de cálculo e cronograma (se houver), plano de trabalho atualizado (se aplicável), pareceres jurídicos, publicação do extrato e termo de ciência e atualização cadastral (se alteradas as partes).

Diferença principal: Seção II trata ajustes entre entes públicos, enquanto a Seção V envolve conveniadas do terceiro setor — o que exige documentação adicional.

4. Prazos

Ação	Seção II	Seção V
Envio inicial	5 dias úteis após assinatura	5 dias úteis após requisição da fiscalização
Prestação de contas anual	Até 30 de junho do ano seguinte	Até 30 de junho do ano seguinte
Comunicação de irregularidades	3 dias úteis da ocorrência	3 dias úteis da ocorrência
Saneamento de contas irregulares	20 dias úteis prorrogáveis	20 dias úteis prorrogáveis
Encerramento do ajuste	Não tratado especificamente	Até 20 dias úteis após prazo final de prestação de contas

5. Fiscalização e Controle

Em comum: competência do órgão conveniente para fiscalizar aplicação dos recursos, responsabilidade pelo exame e parecer conclusivo das prestações de contas, suspensão de repasses e comunicação ao TCESP em caso de inadimplência.

Específicos da Seção V: proibição de redistribuição de recursos pela conveniada, relatórios quadrimestrais obrigatórios, divulgação obrigatória em sítio oficial (transparência ativa), controle rigoroso sobre dirigentes da OSC.

6. Documentação das Prestações de Contas

Em comum: relatórios de atividades, demonstrativos de receitas e despesas, comprovação de bens adquiridos, conciliação bancária, parecer conclusivo, termo de ciência.

Exigências adicionais da Seção V: relação de contratos e empregados com recursos do convênio, publicação de balanço patrimonial, manifestações do controle interno, comprovação de rateios administrativos, declarações sobre vínculos com agentes políticos.

7. Envio e Autuação

Ambas as seções determinam: envio exclusivamente digital, autuação via sistema e-TCESP e abertura de processos dependentes nos casos de aditivos ou prestações de contas.

Resumo Final: Similaridades e Diferenças Principais

Elemento	Seção II (Estadual)	Seção V (Municipal)
Foco	Convênios entre entes públicos	Convênios com entidades privadas sem fins lucrativos
Envio obrigatório	Acima de R\$ 20 milhões	Conforme seleção da fiscalização
Nível de documentação	Alto	Muito alto
Controle sobre partes conveniadas	Moderado (ente público)	Rigoroso (entidade privada)
Exigência de transparência ativa	Não tratado	Sim, obrigatória
Fiscalização de despesas administrativas	Genérica	Detalhada (inclusive com rateios)
Prazos	Unificados e razoáveis	Alguns mais curtos e detalhados
Relatórios trimestrais	Não previstos	Sim, obrigatórios

Dessa sorte, vislumbra-se que **as exigências podem e devem ser simplificadas nos moldes estabelecidos para a área estadual, em novo ajuste a ser celebrado entre as partes.**

Aliás, de se **observar os parágrafos do art. 184 e do art. 184-A, da Lei 14.133 (NLLC), ambos introduzidos pela Lei 14.770/2023**, que estabelecem **Minuta de Instrumento simplificada, repasse em parcela única e regime simplificado**, dentre outros, a conferir:

Art. 184. **Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber e na ausência de norma específica, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública**, na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo federal.

§ 1º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 2º **Quando, verificada qualquer das hipóteses da alínea d do inciso II do caput do art. 124 desta Lei, o valor global inicialmente pactuado demonstrar-se insuficiente para a execução do objeto, poderão ser:** (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

I - **utilizados saldos de recursos ou rendimentos de aplicação financeira;** (Incluído pela

Lei nº 14.770, de 2023)

II - **aportados novos recursos pelo concedente**; (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

III - **reduzidas as metas e as etapas, desde que isso não comprometa a fruição ou a funcionalidade do objeto pactuado**. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 3º **São permitidos ajustes nos instrumentos celebrados com recursos de transferências voluntárias, para promover alterações em seu objeto, desde que:** (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

I - **isso não importe transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro**; (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

II - **seja apresentada justificativa objetiva pelo conveniente**; e (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

III - **quando se tratar de obra, seja mantido o que foi pactuado quanto a suas características**. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 4º **Os saldos remanescentes e os rendimentos financeiros auferidos na forma do § 1º deste artigo serão obrigatoriamente computados a crédito do convênio e aplicados no objeto de sua finalidade e na ampliação de meta, quando possível, sem prejuízo da funcionalidade do objeto pactuado, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste**. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

Art. 184-A. À celebração, à execução, ao acompanhamento e à prestação de contas dos convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres em que for parte a União, com valor global de até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), **aplicar-se-á o seguinte regime simplificado**: (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023) (Vide Decreto nº 12.343, de 2024) Vigência

I - **o plano de trabalho aprovado conterá parâmetros objetivos para caracterizar o cumprimento do objeto**; (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

II - **a minuta dos instrumentos deverá ser simplificada**; (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

III - **a liberação dos recursos dar-se-á em parcela única**; (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

IV - **a verificação da execução do objeto ocorrerá mediante visita de constatação da compatibilidade com o plano de trabalho**. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 1º **O acompanhamento pela concedente ou mandatária será realizado pela verificação dos boletins de medição e fotos georreferenciadas registradas pela empresa executora e pelo conveniente do Transferegov e por vistorias in loco**, realizadas considerando o marco de execução de 100% (cem por cento) do cronograma físico, podendo ocorrer outras vistorias, quando necessárias. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 2º **Não haverá análise nem aceite de termo de referência, anteprojeto, projeto, orçamento, resultado do processo licitatório ou outro documento necessário para o início da execução do objeto, e caberá à concedente ou mandatária verificar o cumprimento do objeto pactuado ao final da execução do instrumento**. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 3º Quando exigidos, os registros dos projetos de engenharia, dos documentos de

titularidade de área, do licenciamento ambiental e do processo licitatório pelo conveniente no Transferegov constituirão condição para a liberação da parcela única dos recursos de que trata o inciso III do caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 4º **O regime simplificado de que trata este artigo aplica-se aos convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres celebrados após a publicação desta Lei.** (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

Tais **dispositivos legais aplicam-se aos convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres celebrados após a publicação da Lei 14.770/2023, em 22/12/2023**, que alterou a Lei 14.133 para, dentre outros, **promover a gestão e a aplicação eficientes dos recursos oriundos de convênios** e contratos de repasse.

2) DIVERGÊNCIAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA/2024), AUSÊNCIA DE AUTONOMIA FINANCEIRA DA AUTARQUIA E CORRESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

O TCESP apontou **2.1) significativas divergências** nas previsões de receitas e despesas da Rede Mário Gatti, evidenciando falhas no modelo de planejamento da Prefeitura e da autarquia., **2.2)** A Rede Mário Gatti enfrenta **limitações financeiras graves**, que comprometem sua autonomia e capacidade de adotar providências tempestivas diante de irregularidades; **2.3)** A **dependência da liberação de recursos pelo ente mantenedor (Prefeitura)** prejudica a execução orçamentária, a governança e o cumprimento de suas atribuições institucionais. **2.4)** Diante da **centralização do controle financeiro** e da falta de suporte estrutural, o TCESP recomenda que sejam **apuradas não apenas as condutas da autarquia, mas também as omissões da Prefeitura, enquanto ente mantenedor.**

Como dito alhures, dos recursos destinados à Rede Mário Gatti em 2024, aproximadamente **80% são repassados via leis orçamentárias**, em **duodécimos**, segundo o art. 19 do Decreto nº 23.142/2024, que fixou normas de execução orçamentária e financeira para o exercício de 2024 (Os repasses para a Administração Indireta, poderão ser realizados na forma de 1/12 (hum doze avos) do orçamento anual, de acordo com a programação financeira previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Finanças), conferindo autonomia à entidade.

Somente o restante, **20% dos recursos, constituem objeto de repasse via Convênio** e correspondem aos **valores transferidos fundo a fundo pela União e Estados.**

O **art. 9º da Lei Federal nº 8.080/1990**, conhecida como **Lei Orgânica da Saúde**, que regulamenta as ações e serviços de saúde em todo o território nacional e define as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como a organização e funcionamento dos serviços correspondentes, estabelecendo o [Sistema Único de Saúde \(SUS\)](#), **preconiza a unicidade da gestão do SUS em cada esfera de governo**, a conferir:

Art. 9º **A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única**, de acordo com o [inciso I do art. 198 da Constituição Federal](#), sendo exercida em cada esfera de governo pelos

seguintes órgãos:

I - no âmbito da União, pelo Ministério da Saúde;

II - no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente; e

III - **no âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.**

Como gestora única em âmbito municipal, compete à Secretaria Municipal de Saúde, organizar o do Sistema Único de Saúde (SUS), inclusive em distritos, de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde, e, nos termos do art. 47-A da mesma Lei 8080, controlar o registro das informações de regulação assistencial com envio obrigatório dos dados ao Ministério da Saúde, condição sine qua non inclusive para obtenção de aumento de valores para o ente federativo.

Dessa forma, a Administração Direta deve **cuidar para que o controle exercido no SUS Municipal não suprima a necessária autonomia administrativa e financeira da autarquia Rede Mário Gatti**. Nesse aspecto, cabe reproduzir trecho preocupante do parecer jurídico da autarquia, que traz à baila a **aplicação de glosas** e o **controle do Comitê Gestor** sobre as atividades da autarquia:

A atribuição da gestão de parte do valor de repasse da autarquia ao Fundo Municipal de Saúde e condicionantes várias à aprovação pela Administração Direta, com aplicação de glosas, recusas em anuir com plano de trabalho institucional da autarquia e impedimento de recebimento dos recursos vinculados destinados a ela equivalem a suprimir da autarquia as características que permitem atribuir a esta tal qualidade, o que a torna, na prática, uma unidade comum da Administração Direta; a se manter tal situação, **afigura-se elevadíssimo risco de se considerar a qualificação do ente como autárquico como verdadeiro embuste**, posto que, tanto na forma legal, quanto no desempenho prático das atribuições, se tratará de unidade administrativa equivalente, e idêntica em tratamento e procedimentos, às demais unidades integrantes da Administração Direta.

Exemplos como a exigência, para a realização dos atos necessários à execução dos serviços pela autarquia, de prévia análise e anuência de um órgão como o Comitê Gestor da Secretaria de Finanças, sob comando da Administração Direta, equivale à exclusão do poder de auto gestão da autarquia e transferência integral do comando à Administração Direta, submetendo a prática dos atos cotidianos ao intrincado e burocrático sistema burocrático central, em contrassenso aos motivos que ensejam a delegação da prestação dos serviços públicos a uma autarquia, que é o de justamente obter agilidade, presteza e maior eficiência através da utilização de gestão direta simplificada e ágil, não adstrita ao regime moroso imposto aos trâmites de entes pertencentes à Administração Direta.

Ora, ao **Comitê Gestor**, instituído pelo **Decreto Municipal nº 19.729/2017**, compete, nos termos do art. 4º do Decreto Municipal nº 22.655/2023 a **análise e aprovação prévia à aquisição**, para os órgãos e às entidades integrantes da **administração pública municipal direta** e a **análise e aprovação prévia de gastos com pessoal, da administração direta (incisos I e V)**. De outro lado, compete-lhe a análise e deliberação sobre contratos, sobre novos convênios e aditivos de convênio e novos ajustes firmados pela Prefeitura de Campinas e, ainda, o estabelecimento de ações visando à melhoria dos gastos públicos, (incisos II, III, IV e VI)

Uma vez celebrado o Convênio com a Autarquia Mário Gatti, o Comitê

Gestor não deve ter ingerência sobre a aplicação dos recursos objeto de repasse. Nesse norte, o parecer do Departamento de Contabilidade e Orçamento da Secretaria Municipal de Finanças (**DOC 15628051**):

Em atendimento aos Despachos 15343869 e 15367539, segue análise quanto ao exposto pela Autarquia Rede Mário Gatti acerca de dúvidas e controvérsias quanto à existência de autonomia financeira da Autarquia.

No que tange a situação da autonomia orçamentário-financeira, objeto central do questionamento apresentado, evidenciamos que a Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar tem garantida sua autonomia financeira e administrativa estabelecida no Art. 1º da Lei Complementar nº 191, de 08 de março de 2018, que dispõe sobre a transformação da autarquia pública municipal Hospital Municipal Dr. Mário Gatti em autarquia pública municipal Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar, para atuar nas áreas de urgência, emergência e hospitalar do município de Campinas e dá outras providências.

A autarquia tem autonomia para fazer as movimentações orçamentárias que julgar necessárias dentro dos limites legais, assim como a sua execução frente às suas finalidades e dentro dos limites estabelecidos pela lei. Possui também receita e patrimônios próprios, planejam e executam anualmente seus orçamentos nas peças orçamentárias de forma autônoma, assim como todos os demais entes da administração direta e indireta, e condicionada, portanto, às obrigações estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

De fato, o **Termo de Convênio** estabelece como obrigações da **CONVENIENTE**:

3.2.14. Empenhar, no ato da celebração deste Convênio, o valor total a ser transferido no exercício, efetuando-se a programação para os exercícios subsequentes.

3.2.15. Repassar recursos públicos, na conformidade da cláusula quarta deste Convênio para operacionalização e manutenção dos serviços e ações descritos no Plano de Trabalho e Matrizes de Indicadores.

Nem mesmo o Decreto nº 22.982/2023, que dispõe sobre o controle de despesas no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autarquias e Fundações, pelo Comitê Gestor, **concede a este Colegiado a atribuição de conter e reduzir despesas de fontes vinculadas**, mas apenas aquelas pagas pela Fonte do Tesouro (art. 3º).

Nesse norte, forçoso concluir que **os valores SUS Federal e Estadual à autarquia Rede Mário Gatti devem ser repassados pelo ajuste adequado, qual seja, o Convênio**, hodiernamente com previsão de que seja gerido por **Comissão de Acompanhamento do Convênio**, formada por representantes da Secretaria Municipal de Saúde, da CONVENIADA e do Conselho Municipal de Saúde, garantido o princípio da equidade entre o número de representantes de cada segmento, visando ao acompanhamento das atividades, das metas pactuadas e da qualidade da atenção à saúde dos usuários, na conformidade do quanto previsto no Plano de Trabalho e nas Matrizes de Indicadores, e, ainda, pela **Comissão Gestora**, formada pelo Secretário Municipal de Saúde, pelo Diretor-Presidente da Autarquia e por representantes por eles indicados, garantido o princípio da equidade entre o número de representantes de cada ente, visando a avaliação do indicador de gestão e dos demais indicadores estabelecidos para o presente ajuste, na conformidade do quanto previsto no Plano de Trabalho e nas Matrizes de Indicadores, segundo as **cláusulas 2.1.15 e 2.1.16** do Termo de Convênio 05/2022.

A o pactuarem novo Convênio, recomenda-se o alinhamento entre Fundo Municipal de Saúde e Diretoria Financeira da Rede Mário Gatti, de modo a evitar a utilização de glosas que suprimam pagamento de serviços efetivamente executados e que, por consequência, possam comprometer as atividades da Rede Mário Gatti, autarquia 100% SUS, responsável por pronto-atendimento de portas abertas de demanda espontânea e referenciada, à qual é vedada a cobrança de qualquer valor extra do usuário ou responsável, além do pago pela Secretaria Municipal de Saúde de Campinas, bem como proibida a cobrança simultânea referente a atendimentos ao SUS por entidades públicas, seguros saúde, medicina de grupo, cooperativas ou similares.

À consideração de V. Sa. com a sugestão de envio dos autos à Secretaria Municipal de Justiça/Procuradoria Geral do Município, para, se de acordo e sem embargo de outros entendimentos em sentido contrário, para com os quais manifestamos, desde já, o nosso respeito, envio dos autos à ciência da SMS e Rede Mário Gatti de modo a subsidiar a defesa da autarquia perante o TCESP e, por consequência, do ente mantenedor, a Administração Direta Municipal.

FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE

Procuradora Municipal

OAB/SP nº 134.974

De acordo com o parecer precedente, envio o processo à apreciação da SMJ/PGM.

ALBERTO ALVES DA FONSECA

Secretário Municipal de Gestão e Controle



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974**, Procurador(a), em 27/08/2025, às 12:50, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTO ALVES DA FONSECA, Secretario(a) Municipal**, em 27/08/2025, às 12:51, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **15955239** e o código CRC **6F5C72BC**.